

SINDIELETRO

ÓRGÃO DO SINDIELETRO - Nº 66 - BH
Maio/89

Gestão
ENERGIA NA LUTA

Filiado à
CUT

nelson
**LIVRE
INICIATIVA**

VEJA BEM, MEU JOVEM! É PRECISO DETER ESSA MARE ESTATIZANTE! DETER ESSA INTERFERENCIA DO ESTADO NA ECONOMIA!

DEFENDEMOS A LIVRE INICIATIVA, A PROPRIEDADE PRIVADA! A ECONOMIA DE MERCADO ONDE OS PREÇOS SERÃO REGULADOS PELAS LEIS INTRÍNECAS DO PRÓPRIO MERCADO!



INTERESSANTE, DOUTOR! ACHO QUE VAMOS ENTRAR NESSA!



QUE MERCADORIA NOS TEMOS PRA VENDER NO MERCADO DA ECONOMIA?



A NOSSA FORÇA DE TRABALHO É A ÚNICA PROPRIEDADE PRIVADA!



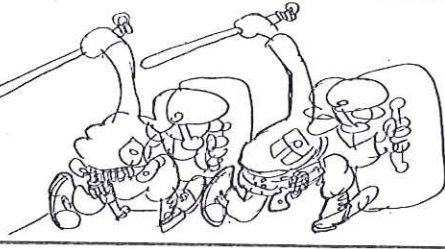
ENTÃO, SEQUENDO AS LEIS DO MERCADO, VAMOS TOMAR A LIVRE INICIATIVA DE...



...AUMENTAR O PREÇO DA NOSSA MERCADORIA!



**ISCA!
CUMUNISMO!
ANARQUIA!**



CÊS ENTENDERAM ESSA?

ENTENDEMOS: POBRE TOMAR LIVRE INICIATIVA E COMUNISMO!



?
CHICO MENDES
Vamos publicar este selo até que sejam punidos os responsáveis pelo assassinato de Chico Mendes, morto em 22/12/1988.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 50
PÁG. 3

NOSSA GREVE
PÁG. 4

ESTATUTO EM DISCUSSÃO
PÁG. 5

PRIVATIZAÇÃO PÁG. 2

O PRIMEIRO PASSO FOI DADO. VAMOS DEIXAR DAR O PRÓXIMO?

Enquanto o Sindicato briga pela efetivação dos contratados que trabalham para a Cemig, esta entregou todo um subsistema à empreiteira Tratex Civeleto. O projeto de criação de um novo subsistema para atender à região da Cidade Industrial já existia e seria o SR/MP6, responsável pela manutenção de SE'S e de linhas de transmissão. Assim como o SR/MP4 e MP5, ele seria uma divisão do SR/MP, com transferência de funcionários da própria Cemig para atuar neste setor. Muitas pessoas do SR/MP3 que estavam aguardando esta transferência, inclusive com possibilidade de promoção, ficaram "a ver navios". Dos trabalhadores do BH2, apenas um engenheiro e um supervisor são da empresa. O restante (um engenheiro, um supervisor, um eletricitista e dois técnicos) vieram da Tratex. Esta mudança nos planos, que aconteceu "coincidentalmente" após

nossa greve de março, é um primeiro passo para a privatização da Cemig, tão sonhada pelo governador Newton Cardoso. Além disso, ela divide a categoria, contratando trabalhadores que são ligados a outra empresa. Numa greve, por exemplo, os funcionários da Cemig páram, mas os de empreiteiras não, enfraquecendo nosso movimento. Em outras estatais este processo já está mais adiantado, como na Telemig: de 16 mil telefônicos no Estado, 8 mil são ligados às mais variadas empreiteiras, que recebem fortunas para alugar sua mão-de-obra. Este trabalhador no entanto, no caso da Telemig, chega a receber até três vezes menos que um telefônico que exerce a mesma função. Na Cemig, um técnico de nível II recebe NCz\$ 634,00 mais 30% de periculosidade. Já o técnico que trabalha para a Tratex na Cemig recebe apenas NCz\$ 430,00 incluídos os 30%.

Para substituir o SR/MP6 pelo BH2, a Cemig foi obrigada a abrir uma brecha dentro da norma IDPT 005, no item 8.4 da página 13, segundo o qual "as liberações de equipamentos do sistema para execução e serviços por empreiteiras somente poderão ser concedidas a pessoa credenciada da Cemig que deverá orientá-los quanto aos procedimentos vigentes na Cemig. Esta pessoa será ainda responsável tanto pelo recebimento quanto pela entrega do equipamento". Para burlar a norma, foi elaborado um memorando que permite a liberação de equipamentos para a empreiteira com a assinatura de apenas uma pessoa da Cemig, quando normalmente só poderia ser liberado com autorização de um funcionário da Cemig sob responsabilidade de outro. Com a brecha, o supervisor de serviços, contratado através da Tratex, pode assinar o pedido de liberação do

equipamento (PLE), sobre o qual fará a manutenção.

As empreiteiras estão ocupando hoje setores essenciais na economia brasileira, através de contratos altíssimos com as empresas para as quais vão prestar serviços. No caso da Cemig ou Telemig, o dinheiro pago vem do nosso bolso, do contribuinte, que é transferido para a iniciativa privada, que, por seu lado, paga salários baixíssimos a seus empregados. O que está por trás da entrega de um setor essencial como o BH2 para uma empreiteira não é apenas o fator econômico, mas também político, com o objetivo de privatizar estatais e enfraquecer a categoria colocando trabalhadores que não têm seus mínimos direitos respeitados e podem ser demitidos quando a empreiteira bem entender.

No próximo Jornal este assunto (Empreiteiras) será mais aprofundado.

ABOLIÇÃO - PENSE NISSO

Em 13 de maio de 1888 a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, libertando os negros da escravidão". A versão oficial da Abolição é mais uma daquelas mentiras que eles querem tornar verdade pela força da repetição.

Através dela quer-se passar a idéia de que a abolição foi um gesto que partiu do cima e foi conseguida de modo pacífico. A história é bem outra: ao assinar a Lei Áurea, a princesa Isabel acabava com uma instituição já morta. O que não impediu que os proprietários de escravos fossem convenientemente indenizados.

A nação mais desenvolvida na época — a Inglaterra — teve também sua influência junto ao império brasileiro nesta decisão (apreendeu e sa-

queou navios negreiros nossos por exemplo). Mas não se trata exatamente da "caridade inglesa" com os escravos: o Brasil precisava atingir



novos patamares no circuito do capitalismo mundial e, para as classes dominantes brasileiras, estava ficando mais caro sustentar escravos que pagar salários. Além disso, era preciso aumentar o mercado consumidor, que compraria mercadorias inglesas e trabalhadores europeus, mais especializados, começavam a entrar no mercado brasileiro modificando as relações de trabalho aqui existentes na época.

No entanto, se há alguém que merece crédito pela abolição, são, em primeiro lugar, os próprios negros, que se revoltaram, fugiram e sabotaram a produção. Revolta que teve como principais apoiadores os brancos pobres. Tanto é assim que a libertação dos escravos nem fez parte do programa dos inconformados mineiros que, à exceção quase solitária de Tiradentes, eram membros das classes abastadas daqui. Os de cima, nesta época, tinham seu modelo de desenvolvimento a pleno vapor.

Um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão, o Brasil reservou aos negros libertos uma vida sob muitos aspectos mais desgraçada que antes. Hoje, 44,5% da população brasileira é negra ou mestiça; e os trabalhadores e trabalhadoras negros somam 54,5% dos que ganham até um salário mínimo e apenas 3,8% dos que ganham mais que cinco salários mínimos. Entre os brancos, estes números são 31,4% e 15,6% respectivamente.

O 13 de maio tem, portanto, dois sentidos. De um lado, é a data em que se quer fazer crer que as classes dominantes deste país se preocupam com os de baixo. De outro lado, é o símbolo da vitória dos de baixo — brancos e negros — que lutaram contra o cativeiro.

Os trabalhadores devem comemorar esta data incorporando a luta anti-racista à luta da classe trabalhadora.

FORMAÇÃO SINDICAL

Sugestões para leitura:

1. O que é Racismo — J. Rufino dos Santos — Coleção O que é — Ed. Brasiliense.
2. A crise do escravismo e a grande imigração — P. Beigelman — Coleção Tudo é História — Ed. Brasiliense.
3. Os quilombos e a rebelião negra — Clóvis Moura — Coleção Tudo é História — Ed. Brasiliense.
4. A Abolição da escravidão — Suely R. R. de Queiroz — Coleção Tudo é História — Ed. Brasiliense.

EXPEDIENTE

JORNAL SINDIELETRO

Órgão Informativo do STIEEBH - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Belo Horizonte.
Sede: Rua Mucuri, 271 - Floresta - Belo Horizonte - MG - Fone: 226-0066.

Diretoria: Ney Eustáquio R. Alencar, Frederico Maciel Gravitto, Idair Rodrigues de Almeida, Cláudia Muinhos Ricaldoni, Maurílio Chaves dos Santos, José Izabel de Araújo, Antônio João Carneiro, Diniz Santana de Oliveira, Anselmo Ferreira Soares, Augusto César da Silva, Lúcio Célio Guterres, Jânia de Fátima C. Eugênio, Manoel Soares da Paula, Marlos Martins, Rômulo Eustáquio G. Solha, Rubens Antônio França, Beatriz Marinho G. Faris, Serafim Luciano da Costa, Vicente Valso de Freitas, Ronaldo Coelho de Souza, José Geraldo da Silva, Márcio Norberto da Costa.

Delegados Sindicais:

Luiz Gonzaga Cardoso (São João Del Rei); Van-

der Luiz de Oliveira (João Monlevade); Adilson Luiz Moreno (Barbacena); Márcio Proença Mendes (Montes Claros); César Coelho de Oliveira (Governador Valadares); Paulo Roberto Magalhães (Três Marias); Wagner José Saraiva da Silva (Divinópolis); Antônio Eustáquio Barbosa (Sete Lagoas); Paulo Marinho Pereira (Igarapé); Pio de Castro (Teófilo Otoni)
Assessor de Comunicação: Aloísio Soares Lopes
Jornalista Responsável: Cecília Pedersoli - Registro Profissional nº 4.331/MG
Cartunista: Nilson
Diagramação e montagem: Cleber
Diretor responsável: Ney E. R. Alencar e Frederico Maciel Gravitto

Estagiário: César Augusto Luz
Fotos - Arquivos do Sindieletro e Sind. dos Bancários

Impressão: Hoje em Dia
Jornal de circulação dirigida e distribuição gratuita aos Eletricitários.
Tiragem desta edição: 10 mil exemplares.

GREVE - DE DIREITO À CRIME

O trabalhador brasileiro passou pelo dia 1º de Maio com um presente de grego nas mãos: a Medida Provisória nº 50, baixada por Sarney no dia 27 de abril.

Antes de divulgá-la, foi feita uma cuidadosa preparação, como que para justificar a medida. Os jornais publicavam levantamentos das greves nos últimos anos e principalmente após o Plano Verão. Isto sem esquecer de colocar os trabalhadores como culpados pela crise, responsáveis pela instabilidade social e pelo risco às instituições e à democracia, esquecendo-se de que nós também fazemos parte da sociedade e não queremos ver o país mergulhado novamente nos tempos da ditadura, mas, que, acima de tudo precisamos comer, morar, trabalhar em boas condições, enfim, viver dignamente.

Com o circo montado, Sarney ocupa, em cadeia nacional, rádio e televisão, para impor sua mais nova invenção. Na primeira parte do discurso, ele se coloca como a vítima de um "grevismo selvagem" que visa desestabilizar seu governo (governo?), citando dados que comprovam que as greves no setor público, desde que assumiu a presidência do Brasil (ilegitimamente, diga-se de passagem) passaram a ser crescentes. Segundo ele, as greves no setor público são hoje maiores que no setor privado, porque "são políticas, são contra o governo".

Na segunda parte do seu discurso, antes de apresentar a medida provisória, ele toma o cuidado de justificá-la como algo inevitável para salvar o pobre povo brasileiro do "grevismo selvagem" e do "terrorismo".

Mesmo com a medida, ao contrário do que o governo esperava, milhares de trabalhadores mantiveram as greves ou iniciaram novas paralisações. Bancá-

rios, portuários, telefônicos, metalúrgicos, professores da rede privada e pública, policiais civis, funcionários do IBGE, mantiveram suas paralisações, estaduais ou nacionais, apesar do autoritarismo de Sarney. Segundo levantamento da CUT, haveria algo em torno de dois milhões de trabalhadores em greve no dia 1º de maio.

Ao invés de combater a causa das greves, Sarney reprime trabalhadores com uma medida, além de autoritária, totalmente inconstitucional. Para o presidente da República, trabalhador faz greve pela greve ou para desestabilizar seu governo. No entanto, não há lei que impeça a insatisfação com uma política de arrocho salarial deliberado.

O DIAP (Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar) fez uma análise da Medida Provisória nº 50 levantando pontos onde ela desrespeita a Constituição, que assegura o direito de greve e cuja única exigência se faz no sentido de se criar uma legislação com a finalidade específica de definir os serviços e atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Segundo o DIAP, a medida é de um rigor tal que consegue ser mais dura do que toda a legislação anterior sobre greve. Já no seu art. 1º, ela contraria a Constituição ao restringir o direito de greve, limitando sua utilização à defesa dos direitos sociais. Pela Constituição, os trabalhadores é que devem decidir sobre os interesses a que devam defender por meio da greve.

Ao estabelecer que a assembleia que deflagra a greve deve ter um quórum mínimo (1/3 dos associados do Sindicato) com aprovação de metade mais um dos presentes, ela interfere na organização sindical, o que é proibido pela Carta Magna. E faz



Na greve do Banco do Brasil, a capetalista e a Borduna Provisoria nº 50.

o mesmo ao exigir a existência de uma comissão de greve.

Quando cita o respeito à liberdade de trabalho dos que se opuserem à greve, a medida na verdade está desconhecendo a greve como um direito de natureza coletiva e em consequência negando o direito a piquete e restringindo o direito de livre manifestação do pensamento.

No seu 5º artigo, a medida cria a figura jurídica da greve legal, pressupondo a existência de greve ilegal. Determina, ainda, que o pagamento dos dias parados fica condicionado ao deferimento, pelo empregador ou pela Justiça do Trabalho, das reivindicações formuladas. Segundo o DIAP, isto é um nítido retrocesso em relação à lei 4.330 de 1964, que assegurava o pagamento dos dias parados desde que atendidos, total ou parcialmente, os pleitos dos trabalhadores.

SERVIÇOS ESSENCIAIS

A relação dos serviços essen-

ciais, como energia elétrica, contida na medida Provisória, consegue superar outros dois instrumentos autoritários que cuidaram do assunto: o decreto-lei nº 9.070/46 e o decreto-lei nº 1.632/78.

Nos três artigos seguintes são impostas as exigências para deflagração da greve nestes setores: comunicar o estado de greve aos empregados, aos usuários e à comunidade com uma antecedência mínima de 48 horas; designar os trabalhadores que ficarão encarregados dos serviços e atividades indispensáveis à sociedade, bem como da preservação dos equipamentos e instalações. Se o sindicato, ou a comissão de greve, não designar estes empregados, o empregador poderá convocá-los, diretamente, constituindo falta grave a recusa de qualquer dos trabalhadores convocados, além de poder contratar novos empregados para substituir os grevistas enquanto a paralisação durar.

E ainda: para garantir o funcionamento dos serviços e ativi-

dades essenciais, o presidente da República poderá determinar a requisição civil, recaído esta preferencialidade sobre os grevistas. Esta requisição, na prática, suspende os direitos e garantias individuais, o que também é inconstitucional. A recusa implica em penas que vão de um a seis meses.

GREVE NÃO É CRIME

A greve, reconhecida na Constituição como um direito fundamental, um direito de cidadania operária, não pode ser transformada em crime, em um delito comum por um ato de força do Presidente da República, continua o DIAP. É inadmissível que alguém seja considerado criminoso pelo simples fato de ter participado de uma greve. A vocação democrática tem que se sobrepor ao vício autoritário, sob pena de se comprometer a democracia. Admitir que uma lei possa anular um direito constitucional é uma inversão de valores. O Presidente da República, ao recriminalizar o exercício do direito de greve, retrocedeu 50 anos no tempo, resgatando uma legislação de 1937, além de incorrer em inconstitucionalidades. O DIAP lembra ainda que em todas as regulamentações sobre o direito de greve, nenhuma descumpriu tão abertamente o preceito constitucional.

O presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, já havia advertido o governo para que mudasse as prioridades e construfesse novas penitenciarías para os trabalhadores que não respeitassem a medida provisória. Por causa de suas declarações contra ela, Meneguelli foi intimado a depor na Polícia Federal e reafirmou o que havia dito antes: "os trabalhadores não podem respeitar esta Medida, porque, assim como a fome, os conflitos de uma sociedade não se resolvem por decreto".

SEGURANÇA (?) NO TRABALHO

O Brasil é o sexto país do mundo em índice de óbitos por acidente de trabalho, de acordo com os mais recentes dados disponíveis. Apesar disso, as "autoridades competentes" estão longe de priorizar a questão, como admitem os próprios técnicos da Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Para os 28.373.386 trabalhadores segurados existentes em 87, acidentaram-se 1.137.124: 6.632 foram acometidos por doenças do trabalho; 64.830 tiveram acidentes de trajeto (fora da sede da empresa, embora em serviço ou a caminho do serviço); e 1.065.912 sofreram acidentes típicos (ocorridos nas instalações da empresa). No ano retrasado, 4,01% dos segurados acidentaram-se.

Segundo o subsecretário de programas de prevenção de acidentes do Ministério do Trabalho, Alexandre Margosian Conti, as estatísticas do MTB "sugestivamente o problema. Além de defasadas, excluem os acidentes do mercado informal, da área rural, dos empregados domésticos, dos autônomos e, frequentemente, acidentes que acontecem até mesmo no mercado formal".

Muita gente pode estranhar que mesmo com índices tão elevados, eles sejam defasados. Mas o que acontece é que muitas empresas omitem a ocorrência de acidentes com seus empregados e estes, por desinformação ou por medo, deixam de procurar o INPS ou denunciar ao seu Sindicato qualquer acidente.

Todo mundo está cansado de ver nas portas das en-



trabalho com o número de dias sem acidente de trabalho com afastamento. Muitas vezes, porém, esta demonstração não passa de uma farsa. Isto devido à pouca importância dada aos acidentes sem afastamento ou mesmo a aqueles sem vítimas. Estas ocorrências como queda de equipamentos ou ferramentas, deveriam ser tratadas com mais seriedade, sendo levadas ao conhecimento dos trabalhadores e da população em geral.

Se existiu a condição de insegurança, esta deve ser corrigida, para que se evitem acidentes futuros com ou sem vítimas. Uma lesão que hoje pode ser considerada simples, amanhã poderá agravar-se e produzir um quadro completamente diferente. Servem como exemplos os pequenos traumatismos, ferimentos, queimaduras, limalha e respingo nos olhos.

As empresas conseguem registrar "tempos recordes sem acidentes" porque deixam de registrar muitos acidentes com afastamento. Muitas vezes os companheiros são obrigados a trabalhar sem a completa recuperação (com curativos, gessos e tipóias) para que o recorde não seja quebrado. Pessoas de chefias e de companheiros menos atentos são comuns para que ac-

rem o serviço médico.

O Ministério do Trabalho tem cerca de 750 profissionais atuando nesta área, entre agentes de higiene, médicos do trabalho e engenheiros de segurança. Isto para fiscalizar milhões de empresas nos quase 5 mil municípios brasileiros com aproximadamente 60 milhões de trabalhadores.

Portanto, enquanto a situação continuar como está não adianta esperar do Ministério do Trabalho uma rígida fiscalização — é humanamente impossível. Cabe aos trabalhadores exigir condições de trabalho que evitem a ocorrência de acidentes e no caso de surgir algum problema o INPS e o Sindicato devem ser comunicados. Saúde não é brincadeira. Os próprios trabalhadores devem ter consciência disso e cobrar o respeito a ela.

"A greve ensina os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários; ensina a pensarem não só em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária".

(Lênin)

Na greve de 21 dias deste ano soubemos dar uma resposta organizada ao Plano Verão e ao descumprimento do nosso Acordo. Antes disso, porém, foram feitas várias tentativas para fazer a Cemig pagar os 30% até ficar claro que a empresa não estava disposta a conceder nem meio gatilho. No dia 9 de março, centenas de eletricitários participaram da assembleia no Sindieletro e entramos em Estado de Greve. Ainda demos um prazo até o dia 13 para a Cemig se manifestar. Ela continuou irredutível. Pagou para ver e viu. Milhares de Eletricitários de todo o estado cruzaram seus braços, dispostos a lutar até a vitória.

No terceiro dia da paralisação, várias regiões em Belo Horizonte ficaram sem energia. A Subestação de Sabará ficou horas sem operador, colocando em risco quatro grandes empresas alimentadas por ela (Cimetal, White Martins, Mineração Morro Velho e Cia. Ferro Brasileiro de Caeté).

A Cemig não teve escolha. Da intransigência, foi obrigada a reabrir as negociações no dia seguinte, quando as adesões na região metropolitana de BH já chegavam a 90% e aumentavam no interior.

Todos os dias eram realizadas concentrações em frente à Sede. Ali, o comando de greve passava os informes e a categoria reafirmava sua disposição para a luta. Nestas 21 concentrações também houve várias "atrações", como shows com Maurí-

A GREVE DE MARÇO



"... nas eu tenho confiança/que esse Brasil criança/um dia inda vai ver/cada um se eleger/o OPERÁRIO PATRÃO".
(Xote Bandeirero - na porta da Sede)

cio Tizumba e Rubinho do Vale, ginástica aeróbica da academia Mirtes Passos e apresentação de uma peça de teatro com pessoas da categoria orientadas pela CL Produções. Das concentrações voltamos às ruas da cidade com nossas famosas passeatas recebendo o apoio da população.

A greve atravessou a Semana Santa e, ao contrário do que a Cemig esperava, o movimento não diminuiu. Ao contrário, teve adesões importantes como do pessoal da US Três Marias. Aliás, pela primeira vez os operadores de usinas também pararam, colocando em risco não só BH ou Minas, mas a região Sudeste e outros estados.

No domingo de Páscoa (26.03) o Mineirão ficou sem luz quase na hora do jogo entre Atlético e Vila Nova. Como a subestação Pampulha estava sem operador, o problema custou a ser resolvi-

assumidos com seus funcionários". A torcida mineira também apoiou. Manifestações de apoio e solidariedade não faltaram. No dia 27, a Câmara Municipal aprovou uma representação proposta

pelo vereador Rogério Correia (PT) cobrando do governador Newton Cardoso e da direção da Cemig o cumprimento dos compromissos assumidos com os Eletricitários. Os deputados estaduais também procuraram o presidente da empresa para cobrar uma solução para a greve. E não foram só eles. Recebemos a solidariedade dos urbanitários do Amapá, Goiás, dos eletricitários da CEEE (Porto Alegre) e de diversas outras categorias.

Mas também mostramos que, além de lutar por nossos direitos, somos solidários com outros trabalhadores. Metalúrgicos de diversas empresas da Grande BH, também em greve na época, já começavam a passar necessidade porque estavam com os salários atrasados. Fizemos uma "Campanha do Quilo" arrecadando cerca de 500 kg de gêneros alimentícios em apenas dois dias.

Durante as três semanas da greve, a Cemig buscou todas as formas para nos desmobilizar. Cartas e "visitas" aos operadores intimando-os e tentando forçá-los a voltar ao trabalho; ameaças de demissões; grandes anúncios nos meios de comunicação. Mas os Eletricitários ficaram firmes. Nós decidimos parar e nós decidimos quando voltar.

Um dos Deputados que participou da reunião com o presidente da Cemig, disse que ele confessou estar sendo pressionado de todos os lados. De um la-



A vida é esta. Descer Bahia e subir floresta.

do. O locutor da rádio Itatiaia, ao invés de criticar nosso movimento, responsabilizou a Cemig por "não cumprir compromissos

do, o governador Newton Cardoso não queria que ele cedesse em nada. De outro, os empresários do Sul e Sudeste brasileiro cobravam que fosse apresentada uma proposta que solucionasse o impasse. Uma greve na Cemig não preocupa apenas a empresa, mas também as grandes indústrias. Sem os Eletricitários garantindo fornecimento de energia, nada funciona. Nesta hora os patrões entram em pânico, não só pelo prejuízo que a greve acarreta, mas por verem seu poder (frágil) vacilar. É também nesta hora que os trabalhadores vêem quem realmente depende de quem. Sem eles, os patrões não são nada porque não sabem produzir; só apropriar-se, pelo preço que querem, dos frutos de nosso trabalho.

No dia 3 de abril a assembleia decidiu pelo término da greve. A votação foi bastante dividida, mas a decisão da maioria foi acertada, com a certeza de que a luta não parava aí. O Sindicato continua negociando com a empresa para que nossos direitos sejam respeitados.

Quando um trabalhador decide participar de uma greve, não deve ter como fim apenas as conquistas econômicas, mas inclusive o crescimento de sua organização. Ainda que o patrão ceda a todas as reivindicações, econômicas, uma mudança na política econômica pode jogar tudo pelo chão e a própria inflação se encarrega de comer nossos salários. Mas, se uma categoria sai unida e fortalecida de uma greve, ela estará sempre preparada para lutar por seus direitos e, claro, da classe trabalhadora como um todo. Consciente de sua força, o trabalhador deixa de ser "vaca de presépio" e não aceita qualquer esmola, certo de que pode e deve conquistar mais pelo valor do seu trabalho. Se não nos consideramos economicamente vitoriosos depois da greve, é importante que saibamos acumular forças para os próximos embates. Novembro vem aí!

MULHER

MÃE, PROFISSIONAL, ESPOSA, DONA-DE-CASA E CIDADÃ É POSSÍVEL CONCILIAR TANTOS PAPÉIS?

Ao longo dos anos, com a grande ascensão da mulher no mercado de trabalho, o que vem acontecendo é um acúmulo de funções novas sem que deixe ou divida de maneira significativa as funções que tem desempenhado. A sociedade, de maneira geral, continua atribuindo à mulher a maior parcela de responsabilidade no cuidado com os filhos, na administração do lar e coisas afins. Quem não conhece a famosa frase: "Atrás de um grande homem, tem sempre uma grande mulher..."? Entretanto, refletindo um pouco, a frase está incompleta, faltando acrescentar uma pequena palavra: "cansada".

Profissionalmente, o reconhecimento quase nunca existe de maneira natural. A disputa é muitas vezes difícil e desigual, sendo o sexo um fator preponderante na escolha de candidatos a emprego e promoções em caso de empate por compe-



por amor.

tência e experiência.

Para superar tantos obstáculos, a solução encontrada tem sido a organização e mobilização em prol da defesa de uma bandeira: "Direitos iguais com igualdade de oportunidades".

No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, a Comissão de Mães organizou uma série de atividades, chamando a atenção para a necessidade de continuar lutando para solução de problemas vividos igualmente por milhares de mulheres neste país. Foi vendida uma camiseta com o tema, encenada uma peça, colocadas faixas próximas ao edifício sede e promovido um debate no Sindicato, com a participação de crianças, que também conversaram sobre o tema. Neste dia, 90% das mulheres e um número significativo de homens atenderam ao chamado: "todo mundo de branco".

O resultado de todo esse trabalho foi um gostinho de "quero mais". Assim, a Comissão de Mães organizou algumas atividades para o Dia das Mães. No dia 5 deste mês, quando houve o piquenique na Sede, o Grupo Galpão (teatro de rua) apresentou a peça "Foi por Amor" — uma sátira ao crime passionnal. Haverá, ainda, um debate no dia 27 sobre um tema que muito preocupa cada mãe: "como melhor educar meus filhos e qual o papel dos pais neste processo?" É importante a participação de todo mundo, pois os problemas vividos são semelhantes e a troca de idéias é sempre enriquecedora. Serão organizadas atividades para as crianças. Para maiores informações, procure alguém da Comissão ou um diretor do Sindicato.

COMISSÃO DE MÃES

HORA DE MUDANÇAS. HORA DO NOVO ESTATUTO

Atendendo a uma reivindicação de toda a categoria, agora viabilizada pela nova Constituição de outubro de 88, a diretoria e colegiado do Sindieletrô iniciaram o processo de reformulação do estatuto. Depois de passar por uma discussão interna no sindicato, a reformulação do estatuto será estendida a toda categoria, que participará através de sugestões, debates e na aprovação final por uma assembléia geral.

Existe um consenso em torno da necessidade de mudança geral nas diretrizes do estatuto. Isso em face de sua origem no sindicalismo dependente do Estado, implantado ainda na era Vargas. Essa legislação antiquada impede a atuação de um sindicalismo autônomo e combativo, na medida em que atrela sua conduta aos interesses diretos do Estado.

O departamento jurídico do Sindieletrô, coordenado pelo advogado Carlos Cozenza, preparou um anteprojeto do novo estatuto baseado em experiências de outros sindicatos. Toda a discussão sobre o estatuto parte desse anteprojeto. Em uma reunião no dia 13 de maio, o Colegiado rejeitou uma proposta de calendário para a discussão do estatuto, que fixava seu término em 4 de junho, prazo consi-

derado exíguo e insuficiente para envolver toda a categoria na discussão de pontos importantes como, por exemplo, a ampliação do número de diretores e eleição complementar. No dia 27 desse mês, uma nova reunião do colegiado vai analisar outras questões importantes em relação ao assunto, podendo, inclusive, definir novo calendário para o processo, válido tanto para a categoria como para o próprio colegiado.

No anteprojeto elaborado pelo departamento jurídico, as mudanças já começam na definição dos "Fins do Sindicato", que deixa de exercer legalmente a "colaboração com os poderes públicos, com a solidariedade social e a subordinação aos interesses 'nacionais', para agir na "coordenação, defesa e representação da categoria", dentro de sua base territorial. Essa base territorial conta com 293 municípios, espalhados por 19 regiões do estado. Nas prerrogativas e deveres do sindicato, o estatuto é muito claro com relação às posições frente a problemas concretos, não deixando margem para mal entendidos. Dessa forma, a luta contra a privatização, o fortalecimento da consciência e organizações sindicais, o direito de impetrar mandato de segurança coletivo e a solidariedade e defesa dos

interesses da classe trabalhadora estão colocados de forma simples e direta, para quem quiser ouvir.

Mesmo desfrutando de muitos dos avanços da nova Constituição, aprovada em outubro passado, o estatuto ainda tem que conviver com o que ela manteve do autoritarismo e tutela do estado. É o caso do caduco e desgastado imposto sindical obrigatório, que é descontado no salário do trabalhador, mesmo que ele não opte livremente por isso, e tendo boa parte dele destinado aos cofres da união e das entidades sindicais pelegas. O Sindieletrô devolverá o imposto para todos os associados neste ano, ou seja, todo eletricitário que paga mensalidades.

Depois de esmiuçar todos os direitos e deveres do associado e a estrutura de direção do sindicato, o estatuto trata das eleições para a diretoria, que é totalmente livre da interferência do Estado. O quórum mínimo para sua realização passa dos atuais dois terços para metade dos associados e a maioria simples (votação majoritária) e não mais a maioria absoluta (50% dos votos mais um) passa a ser o critério de escolha da chapa. Todo o processo de apuração e fiscalização caberá às chapas envolvidas, desaparecendo a figura do Estado

até aí nesse pormenor.

Agora é ficar de orelha em pé, olhos atentos, esperando a definição do calendário de discussão, para participar ativamente desse importante momento na trajetória de lutas do Sindieletrô.

RELATÓRIOS FINANCEIROS

JANEIRO/89		
RUBRICAS	RECEITAS	DESPESAS
Contribuição Sindical	49,71	
Mensalidades de Associados	36.046,50	
Aluguel de Salão Social	108,74	
Aluguel de Imóveis	2,22	
Renda S/Aplicações Financeiras	7.568,08	
Renda S/Caderneta de Poupança	829,70	
Convênios (SESI/INAMPS)	2,88	
Reembolso de Despesas	12,93	
Serviços Gráficos e Cópias Xerox	18,75	
Campanha Salarial	99,50	
Renda S/ Apólice de Seguros	306,67	
DESPESAS SINDICAIS		
Diretoria		6.197,60
Assessoria de Educação Sindical		1.510,68
Assessoria de Imprensa e Comunicação		4.223,31
Assessoria Jurídica		1.922,02
Assessoria Técnico-Econômica		547,93
Serviços de Terceiros		1.379,32
Despesas de Filiações		69,36
DESPESAS DE APOIO		
Despesas Administrativas		7.321,98
Serviços de Terceiros		3.163,21
DESPESAS ASSISTENCIAIS		
Assistência Social		4.659,60
Serviços de Terceiros		52,31
SUB-TOTAL	45.045,68	31.047,32
Investimentos		85,82
Contas do Ativo (Movimentação do Mês)	(1.813,33)	2.780,87
Contas do Passivo (Movimentação do Mês)		
TOTAIS	43.232,35	33.914,01
Saldo Anterior (31/12/88)	28.168,31	37.486,65
Saldo Atual (31/01/89)		
TOTAL GERAL	71.400,66	71.400,66

FEVEREIRO/89		
RUBRICAS	RECEITAS	DESPESAS
Mensalidades de Associados	94.374,55	
Aluguel Salão Social	67,90	
Renda S/Aplicações Financeiras	5.893,94	
Renda S/Caderneta de Poupança	836,10	
Convênios (SESI/INAMPS)	212,97	
Reembolso de Despesas	294,11	
Serviços Gráficos e Cópias Xerox	88,70	
Campanha Salarial	15,00	
Festividades	237,30	
Renda S/ Apólice de Seguros	48,80	
Aluguel de Imóveis	2,22	
DESPESAS SINDICAIS		
Diretoria		5.223,32
Assessoria de Educação Sindical		1.546,84
Assessoria de Imprensa e Comunicação		5.558,74
Assessoria Jurídica		1.494,74
Assessoria Técnico-Econômica		627,83
Serviços de Terceiros		1.697,48
Despesas de Filiações		2.343,66
DESPESAS DE APOIO		
Despesas Administrativas		8.907,52
Serviços de Terceiros		3.242,40
DESPESAS ASSISTENCIAIS		
Assistência Social		4.974,21
Serviços de Terceiros		5,88
SUB-TOTAL	102.067,59	35.622,62
Investimentos		1.607,33
Contas do Ativo (Movimentação do Mês)	(5.790,58)	(1.391,77)
Contas do Passivo (Movimentação do Mês)		
TOTAIS	96.277,01	35.838,18
Saldo Anterior (31/01/89)	37.486,65	97.925,48
Saldo Atual (28/02/89)		
TOTAL GERAL	133.763,66	133.763,66



EU SOU VOCÊ AMANHÃ



Os aposentados da Cemig, associados da Forluz, quando em contato com os dirigentes desta última instituição, de um modo geral sentem que estes, embora procurando demonstrar cordialidades e boa vontade, parecem muito interessados na defesa do crescimento financeiro e patrimonial da For-

luz, como se se tratasse de uma empresa destinada a proporcionar lucros.

Em função deste "zele", sem dúvida excessivo, toda vez que se fazem estudos para a concessão de aumentos da suplementação de aposentadoria, ou para a melhoria e ampliação de

benefícios que se constituem na razão de ser da Forluz, eles se desdobram na busca ou na criação de circunstâncias que justifiquem a redução ao mínimo das melhorias a serem concedidas.

Agem assim friamente sem considerar que, no fu-

turo, virão a ser também aposentados e que os benefícios que, sem que seja necessário, hoje procuram reduzir, lhes serão de muita valia.

ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS

Em maio, os aposentados receberão um reajuste de 13,5% sobre a suplementação paga pela Forluz. A partir daí, os reajustes serão mensais de acordo com a inflação do mês.

Antes de requerer sua aposentadoria, entre em contato com a Associação dos Aposentados, no Sindieletro.

HITCHCOCK BAIXA NA PEDRO II

No início deste ano, supostas irregularidades foram "descobertas" na Agência Pedro II. Segundo funcionários da agência, que também não foram informados exatamente do que estava acontecendo, foi encontrada uma diferença no fundo fixo da Pedro II e alguns documentos teriam sido alterados. A partir daí, deu-se início a uma duvidosa investigação, questionável pela maneira como foi encaminhada.

Desde que foram levantadas as supostas irregularidades, o chefe de distrito, Rogério Braga, e dois outros chefes de agências passaram a freqüentar a Pedro II, examinando a documentação do setor para descobrir o responsável ou responsáveis.

Depois disso, os funcionários da agência começaram a ser interrogados individualmente, tomando-se a devida precaução para que os que já haviam sido interrogados não se encontra-

sem com os próximos da lista. Criou-se um clima de desconfiança generalizada, colocando todos os funcionários como suspeitos. Estes interrogatórios eram feitos pelos dois chefes de agências, pelo chefe do distrito e pelo chefe de di-



Na segunda rodada de investigações, após um intervalo de um mês, os funcionários passaram a prestar "depoimentos" no subsolo da Sede da Cemig. Eles eram levados de dois em dois em um carro particular até o local onde estavam o che-

fe da Agência Pedro II e outras duas pessoas que se identificavam como sendo funcionários da AD. Tudo isso era feito no mais absoluto mistério e o pessoal da agência não sabia porque estava sendo interrogado. Mas as perguntas giravam em torno da existência de algum agiota, de alguém que sabia falsificar assinaturas ou na tentativa de identificar um líder.

No dia 20 de fevereiro, o interrogatório mudou de local. Desta vez, chamaram a funcionária responsável pelo fundo fixo da agência, Dirce Godoi de Oliveira, à Agência Nova Suíça. Ela ficou presa em uma sala desta agência e durante aproximadamente seis horas foi submetida a interrogatórios, pressões, ameaças e humilhações para que assinasse um "termo de confissão", assumindo inteira responsabilidade pelas supostas irregularidades, que até hoje não

foram apuradas, conforme ela mesma relata em uma carta que distribuiu aos funcionários da Cemig. Estavam presentes a este interrogatório, Rogério Braga, o chefe da Agência Cidade Industrial e outras três pessoas identificadas como funcionários da Cemig, lotados na AD.

Depois de se recusar a assinar a "confissão", Dirce foi demitida e, como não havia nada de irregular apurado, não houve justa causa.

As supostas irregularidades levantadas na Agência Pedro II não foram devidamente investigadas e comprovadas. Se elas ocorrerem, devem ser apuradas mediante procedimentos legais. Não podemos admitir que métodos como os que foram utilizados neste caso voltem a acontecer. Para isto existem pessoas preparadas e não gerentes que recorrem a procedimentos estranhos à sua função.